

A CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DOS BRICS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES

THE CONTRIBUTION OF BRICS SOCIAL POLICIES TO THE DEVELOPMENT OF THEIR COUNTRIES

Por *Letícia Albertina Loureiro dos Reis Teodoro**

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as contribuições das políticas sociais de três países emergentes do sul global, que compõem os BRICS, para o desenvolvimento econômico e social dos mesmos. Para tanto, a metodologia utilizada consiste em pesquisa documental e bibliográfica, com utilização de sites de internet, livros, artigos e teses. Através de um estudo comparativo dos sistemas de proteção social em ascensão no Brasil, Índia e África do Sul, discutir-se-ão as políticas públicas de cada país, utilizando como estudos de caso o programa Bolsa Família, do Brasil, a Garantia de Emprego Rural Mahatma Ghandi (MGNREGA), da Índia, e o Programa Expandido de Obras Públicas (EPWP), da África do Sul, além de apontar as diferenças e similaridades entre elas, o que permitirá determinar quais são os impactos destes programas para o desenvolvimento de seus países.

Palavras-chave: Políticas sociais; BRICS; Bolsa Família; MGNREGA; EPWP.

Abstract: This article aims to analyze the contributions of social policies of three emerging countries of the global south, which make up the BRICS group, for their economic and social development. The methodology used consists of documentary and bibliographic research involving primary and secondary sources, using internet sites, books, articles and theses. Through a comparative study of social protection systems in rise in Brazil, India and South Africa, the public policies of each country will be discussed, using as case studies the Bolsa Família program of Brazil, the Mahatma Ghandi National Rural Employment Guarantee Act (MGNREGA) of India and the Expanded Public Works Programme (EPWP) of South Africa, in addition to pointing out the differences and similarities between them, which will make it possible to determine the impacts of these programs for the development of their countries.

*Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ)

Keywords: Social policies; BRICS; Bolsa Família; MGNREGA; EPWP.

INTRODUÇÃO

Idealizado pelo economista Jim O’Neil, os países do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são economias emergentes que possuem grandes áreas demográficas e geográficas, além de um grande potencial econômico que, supostamente, poderá superar as grandes potências globais em um futuro não muito distante. Mais do que uma orientação para empresas e investidores mundiais, estes países em desenvolvimento são responsáveis pela construção de um ideário que busca a redução da pobreza e da desigualdade social de suas regiões, assim como a construção de um espaço para a emergência de novos atores no cenário internacional.

Desde 2009, os BRICS se encontram anualmente para reuniões de Cúpula, que contam com a presença de Chefes de Estado, ministros, diplomatas e atores da sociedade civil. A VI Cúpula, realizada em Fortaleza em julho de 2014, teve como um dos temas em destaque a inclusão social. Durante o evento, cujo tema central era “Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis”, autoridades governamentais afirmaram que os países dos BRICS colaboraram consideravelmente para o crescimento mundial e para a redução da pobreza de suas nações, destacando a importância do crescimento econômico e de políticas de inclusão social para tais conquistas. Nesse contexto, os países ficaram responsáveis por construir uma agenda de desenvolvimento ligada à erradicação da pobreza.

O recorte desta pesquisa tem seu foco em três países do Sul Global, que compõem o grupo dos BRICS. Ao utilizar algumas das principais políticas sociais do Brasil, Índia e África do Sul - Bolsa Família, MGNREGA e EPWP, respectivamente - como estudos de caso, o presente trabalho analisará tais programas para verificar suas semelhanças, diferenças e, principalmente, de que forma tais políticas colaboram para o desenvolvimento de seus países.

Dessa forma, este artigo busca questionar quais são as contribuições das políticas sociais dos países mencionados para o desenvolvimento econômico e social de seus Estados. Procura-se evidenciar, portanto, por meio de uma análise dos estudos de caso das políticas de proteção social de cada país, que tais políticas têm papel central na contribuição do crescimento mundial, na redução da pobreza e da desigualdade social de seus países e, apesar de cada nação adotar diferentes tipos de políticas e programas sociais, seus desafios enfrentados no setor social são consideravelmente comuns.

1. BRASIL E O BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF) foi implementado no Brasil em outubro de 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, como um dos programas de transferência de renda em nível federal e resultou da unificação de quatro benefícios sociais do governo até então vigentes: o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio gás. De

acordo com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, cujo objetivo é combater a pobreza e a fome, promovendo segurança alimentar, educação, acesso à rede pública de saúde e assistência social, proporcionando, assim, “a emancipação das famílias mais pobres” (WEISSHEIMER, 2006, p. 25).

O programa é direcionado às famílias em situação de pobreza (com renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa) e extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa) em todo o Brasil, concedendo a estas um benefício em dinheiro que varia entre R\$ 39,00 e R\$ 372,00 (CAIXA, 2017), caso haja o cumprimento de determinadas condicionalidades nas áreas de saúde e educação. Para se candidatar ao programa, é preciso que a família esteja inscrita no Cadastro Único, de gestão municipal, onde serão selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo Governo Federal. Os tipos de benefícios são: básico, variável, variável jovem e para superação da extrema pobreza. De acordo com dados disponibilizados pelo Governo Federal, até o final do governo de Dilma, em 2016, o programa atendia mais de 13,9 milhões de famílias. Atualmente, devido à redução de programas sociais do governo de Michel Temer, há 12,7 milhões de famílias beneficiadas pelo BF – o que representa uma queda de 1,2 milhão de famílias.

Líder do ranking de países em desenvolvimento com as políticas mais eficientes no combate à fome, o Brasil tem o BF como maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, mantendo milhões de brasileiros fora da extrema pobreza. A queda da mortalidade e do déficit de peso das crianças se deu em virtude de diversos fatores, como o aumento de renda entre os mais pobres, que gerou uma melhor condição de vida com fácil acesso a bens e serviços e a escolaridade, mas, principalmente, foi também devido as próprias condicionalidades do Bolsa Família, como a exigência de manter os jovens na escola, com vacinação em dia e acompanhamento médico regular.

O relatório global “Estado da Insegurança Alimentar 2015”, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), destacou o protagonismo do Brasil no combate à fome. De acordo com o documento, nos últimos 12 anos, o país reduziu pela metade o número de pessoas que passavam fome, alcançando, assim, um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que a ONU tinha estabelecido até 2015. Considerado como um feito histórico, a saída do Brasil do mapa da fome da ONU, neste mesmo ano, foi possível devido a um conjunto de políticas públicas, inclusive o Bolsa Família, aliado à geração de 21 milhões de empregos, ao aumento real do salário mínimo e à merenda escolar distribuída diariamente a 43 milhões de crianças e jovens.

Com base nos relatórios de impacto do Bolsa Família, é possível afirmar que o programa alcançou diversas conquistas nos últimos 14 anos. Além do BF ter um custo muito baixo aos cofres públicos, representando apenas 0,4% do PIB brasileiro (IPEA, 2013), o dinheiro pago as famílias beneficiadas pelo programa acaba voltando para estes cofres através dos impostos, visto que o dinheiro é usado principalmente para compras de produtos, desde os mais básicos até os bens duráveis, aquecendo a economia do país. Ademais, de acordo com o Governo Federal, o Bolsa Família tirou 36 milhões de pessoas da pobreza extrema de 2003

a 2013, trouxe melhorias na saúde e educação para as famílias de baixa renda e reduziu o trabalho infantil.

É possível observar o contraste social presente no Brasil uma vez que o país está entre as maiores economias do mundo e, simultaneamente, entre os países da América Latina com maiores índices de pobreza. Nesse contexto, é importante destacar o papel das políticas públicas, como o Bolsa Família, como ferramenta de combate essa triste conjuntura. Ao comparar os dados dos índices referentes às famílias que deixaram de viver em situação de pobreza extrema e àquelas que ingressaram na classe média (classe C), verifica-se uma contribuição direta do BF para este cenário. Dessa forma, fica evidente a importância das políticas públicas e de direitos fundamentais para o desenvolvimento social e diminuição das desigualdades presentes nos países subdesenvolvidos.

Várias são as visões existentes sobre o desenvolvimento dos países, havendo um confronto entre aquelas que veem o crescimento econômico como central para avaliar o desenvolvimento e as que veem o mesmo de um modo mais amplo. Assim, o desenvolvimento não deve ser analisado em apenas uma esfera, mas sim por diferentes faces, como a social, cultural, econômica e ambiental.

Amartya Sen, colaborador no trabalho de Mahbub ul Haq para elaboração do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), introduziu diferentes variáveis em seu conceito de desenvolvimento para definir a superação da pobreza. Para ele, as pessoas podem sofrer privações em diferentes esferas da vida, não sofrendo apenas com a privação material. Desse modo, o IDH - como contraponto do Produto Interno Bruto (PIB), que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento - está relacionado à qualidade de vida das pessoas, ou seja, para haver desenvolvimento é preciso que o acesso a serviços básicos como o de saúde, moradia e educação esteja disponível para todas pessoas.

Em virtude dos fatos mencionados e por outras diferentes razões, o Programa Bolsa Família é considerado como modelo no cenário internacional, tendo recebido um prêmio internacional, pela Associação Internacional de Segurança Social (AISS), devido ao caráter inovador de redução da pobreza trazido pelo programa e sendo retratado como uma espécie de modelo de programa social bem-sucedido no relatório da ONU sobre o IDH (2015). Diante desse cenário, é possível afirmar que as contribuições do Bolsa Família para o desenvolvimento — tanto econômico quanto humano — do Brasil são diversas, passando pela esfera da educação, saúde, alimentação, assistência social, economia, entre outras.

2. ÍNDIA E A Lei Nacional Mahatma Gandhi DE GARANTIA DE EMPREGO RURAL (MGNREGA)

A Lei Nacional Mahatma Gandhi de Garantia de Emprego Rural (Mahatma Gandhi *National Rural Employment Guarantee Act* – MGNREGA), da Índia, visa garantir a segurança dos meios de subsistência das pessoas que vivem em áreas rurais, garantindo 100 dias de trabalho não qualificado para cada família. Na maioria dos casos, trata-se de empregos em obras públicas, nas construções de infraestruturas locais. A lei foi aprovada em 2005,

beneficiando 37 milhões de famílias indianas só naquele ano, e é considerada como o maior programa de *workfare* do mundo.

A NREGA é um programa de rendimento em troca de trabalho, que oferece oportunidades de emprego assalariado para satisfazer as necessidades básicas das pessoas domiciliadas em áreas rurais do país. Com base em resultados da pesquisa domiciliar do *National Sample Survey* (NSS) indiano, Chandrasekhar e Ghosh (2011) demonstraram que a lei teve um impacto grande e positivo sobre os salários de mercado em áreas rurais, aproximando-os do salário mínimo, que é o valor oferecido pelo NREGA, além de ter diminuído significativamente as diferenças de salário rurais por gênero.

Qualquer família rural pode fazer inscrição no programa para solicitar um trabalho, tendo direito ao oferecimento de um emprego para um dos membros da família dentro de um raio de 5 km de seu domicílio, até um máximo de 100 dias de trabalho por ano. Caso um dos familiares não receba um emprego em até 15 dias, a família passará a ter direito de receber parcelas de desemprego, como uma espécie de mesada. Denominado como um “exemplo estelar de desenvolvimento rural” pelo Banco Mundial em seu relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2014), o programa foi criado com objetivo de criar bens duráveis, como estradas, poços e canais e quando iniciado em 2006, abrangia 200 distritos em sua primeira fase e, atualmente, se encontra operacional em toda a Índia, abrangendo 619 distritos.

Como exemplo de lugar onde a Lei funciona bem, Vijayapura fica no estado de Rajastão e graças ao programa, tornou a região que antes era rochosa e semiárida em uma região com árvores e vegetação. Em 2012, a prefeita Rukmani Devi Salvi afirmou que com a NREGA “os camponeses passaram anos cavando canais e construindo barragens e poços para reservar a água, além de pavimentar estradas da região”. Em virtude disso, a terra da região passou a ser melhor, dando mais oportunidades a seus habitantes, como a possibilidade de criação de gado. Além disso, com a implementação do programa, as mulheres começaram a trabalhar e ter seu próprio capital, passando a dependerem menos de seus maridos e tornando-se mais empoderadas.

Através das estimativas do programa, é possível perceber suas grandes conquistas. Os níveis do salário mínimo aumentaram, a participação das mulheres na força de trabalho aumentou de 33% para 48% (UNICEF, 2011) e o programa foi imensamente efetivo no alcance de grupos vulneráveis, trazendo contribuições para a questão de igualdade, participação e para autoestima dos empregados. Ademais, houve uma diminuição da discriminação por gênero e castas e uma melhoria na produtividade, uma vez que as obras são focadas na infraestrutura local e no reflorestamento.

Em vista disso, é possível afirmar que o programa contribuiu e ainda contribui bastante para o desenvolvimento da Índia, trazendo melhorias não só para as famílias beneficiadas, mas também para as próprias regiões do país, que ganham com os trabalhos de infraestrutura. Por isso, graças ao dinheiro decorrente dos empregos, as famílias passam a conseguir suprir suas necessidades, como alimentação, saúde e educação, ajudando também na economia da região, que resultará em um aumento do desenvolvimento do país.

3. África do Sul e o Expanded Public Works Program (EPWP)

De acordo com Ingrid Woolard (2010), pesquisadora da Unidade e Pesquisa em Trabalho e Desenvolvimento da África Austral, a África do Sul é um dos países que mais direcionam recursos para o assistencialismo no mundo, tendo programas governamentais que representam entre 2% e 5% do PIB do país. O Programa Expandido de Obras Públicas (*Expanded Public Works Programme* – EPWP) é um dos programas de “frentes de trabalho”, que fornece dinheiro em troca de serviço e tem como objetivo reduzir a pobreza e o desemprego, através do oferecimento de trabalhos temporários para os desempregados, em projetos de infraestrutura.

O EPWP teve suas origens na Cúpula de Crescimento de Desenvolvimento (GDS) de 2003 e é um programa nacional que abrange todas as esferas do governo e empresas estatais, que cria oportunidades de trabalho em quatro setores: de infraestrutura, não-estatal, ambiental e social, ao a) aumentar a intensidade de trabalho em projetos de infraestrutura financiados pelo governo; b) criar oportunidades de trabalho através de organizações sem fins lucrativos; c) criar oportunidades de trabalho em programas ambientais e culturais e d) criar oportunidades de trabalho em programas sociais. Além disso, o EPWP oferece treinamento e suporte ao desenvolvimento empresarial, num nível de subprograma. Desde 2012/13, o programa criou 4.185.426 oportunidades de trabalho.

Os beneficiários do programa são empregados nas condições de emprego determinadas pela Deliberação Ministerial e pelo Código de Boas Práticas para o EPWP. São assegurados, pelo município, que seus projetos cumpram com as leis trabalhistas, como o seguro-desemprego e a lei de saúde e segurança do trabalho. O Programa oferece um importante meio de absorção de mão de obra e de transferências de renda para famílias mais necessitadas, no curto a médio prazo. Como uma medida do governo para reduzir os efeitos dos altos índices de desemprego, o EPWP é necessário por possibilitar a criação de trabalhos, que é essencial para mulheres, jovens e desempregados em todo o país.

Dessa forma, as contribuições mais significativas do EPWP são as colaborações do programa para o desenvolvimento da África do Sul, especialmente sobre as comunidades e economias das regiões. Ao oferecer emprego para as famílias que precisam, o dinheiro recebido por estas movimentará a economia, resultando em um crescimento econômico e em uma diminuição do índice de desemprego, trazendo melhorias para o desenvolvimento do país - principalmente o humano.

4. O FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL (IBAS)

Em 2013, na capital brasileira, foi estabelecido o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul - designado pelo acrônimo IBAS - com a emissão da Declaração de Brasília, ao término do encontro de chanceleres destes países. Tal Declaração apresenta diferentes fatores para aproximação e aliança entre os três países, no entanto, o Ministro Celso Amorim, em entrevista conjunta à imprensa, em junho de 2003, sintetizou de forma coesa os princi-

país elementos de identificação entre eles:

Por que esses três países, em primeiro lugar? Porque são três países, cada um de cada uma das três regiões do mundo em desenvolvimento: Ásia, África e América Latina. São três democracias; são três países que tem um importante papel a desempenhar em suas respectivas regiões; são três países democráticos, países em que a democracia tem um forte papel na sua vida política; são países que têm também problemas sociais, mas que estão dispostos a enfrentá-los; e são países que têm também visões muito semelhantes em muitos temas multilaterais, e, quando não em absolutamente todos, a perspectiva que nós temos é, sem dúvida alguma, muito semelhante. Então, era preciso transformar essa coincidência virtual numa cooperação real (ALMORIM, 2003).

Assim, um dos pontos principais do IBAS está na negociação de diferentes assuntos de comum interesse, numa agenda contendo diversos temas, abrangendo ações que acarretam no desenvolvimento, principalmente, mas não só, dos países membros.

Um dos primeiros trabalhos dos chanceleres estava relacionado ao incentivo à organização de encontros trilaterais, em um dos três países ou em paralelo a eventos internacionais. Como exemplo, tem-se o encontro de Cúpula dos Países do IBAS em paralelo à 58ª Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 24 de setembro de 2003, na cidade de Nova York. Nesta ocasião, antes do encontro dos Chefes de Estado, os chanceleres de Brasil, Índia e África do Sul se reuniram e emitiram “O Comunicado de Nova York”, um comunicado de imprensa, no qual reiteraram diferentes pontos já abordados na Declaração de Brasília, demonstrando, inclusive, a determinação dos três países de implementar as metas de desenvolvimento tratadas em Conferências das Nações Unidas e, ainda, a intenção de reduzir pela metade o número de pessoas em situação de pobreza e fome, até 2015.

Para que a cooperação entre estes países ocorresse, foi determinado que esta se faria com auxílio de um fundo. O Fundo de Combate à Fome e à Pobreza, constituído no âmbito do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), foi formado como consequência do encontro de 2003 e permitia que outros países auxiliassem com recursos.

Apesar deste ser apenas um exemplo, entre tantos outros, de ação pró-desenvolvimento dos países, fica evidente a determinação do Fórum de cooperar, visando a elaboração de projetos que auxiliem em diversas esferas de seus Estados, como educação e saúde, promovendo bons impactos no crescimento de seus membros.

Considerações Finais

Pretendeu este trabalho analisar as políticas públicas da África do Sul, Brasil e Índia de forma a verificar através destas as contribuições para o desenvolvimento econômico e humano de seus países. Como visto, os programas possuem grande capacidade de transformação na vida de quem é beneficiado por estes, além de ajudar no crescimento e desenvolvimento dos países.

Analisando os programas sociais de cada país, percebe-se que há notáveis semelhanças

entre eles. Todos são programas de transferência de renda, que funcionam em nível federal e beneficiam os que mais necessitam – desempregados e famílias mais vulneráveis – trazendo melhorias para o bem-estar destes e, conseqüentemente, contribuindo para o avanço do desenvolvimento dos Estados.

Como visto, o EPWP e a NREGA são programas que fornecem dinheiro em troca de serviços, principalmente em construções de infraestruturas locais, com propósito de diminuir o índice de desemprego e pobreza em seus países. Dessa forma, os programas visam ofertar oportunidades de emprego – no caso do NREGA, apenas em áreas rurais – para facilitar o acesso ao atendimento das necessidades básicas das famílias, principalmente nas áreas da saúde, alimentação e educação.

Por outro lado, apesar de o Bolsa Família possuir a mesma finalidade e também ser um programa de transferência de renda, o mesmo se difere dos outros programas mencionados por não oferecer empregos diretamente. Ao contrário, o BF apresenta condicionalidades para que as famílias recebam o benefício monetário, como a exigência de que os jovens permaneçam nas escolas, que tenham a carteira de vacinação em dia e que compareçam ao médico frequentemente. No entanto, apesar de divergir neste quesito, os resultados do programa são similares com os dos demais.

Com o mesmo propósito, os três programas visam reduzir a desigualdade social, combater a fome e a pobreza, impactando em uma melhora no desenvolvimento de seus países. Apesar de possuir diversos métodos para medir o desenvolvimento de um país, os mais comuns são através do PIB e do coeficiente de Gini. Ao fornecer benefícios monetários, os países fazem com que o poder de compra dos beneficiários aumente e este mesmo dinheiro é usado para atender as necessidades de cada família, o que movimentará a economia, podendo gerar mais empregos, oportunidades e melhorias no país, tendo potencial para que o PIB também cresça e, com o fácil acesso ao fornecimento de serviços básicos na saúde e educação, o índice de desigualdade tende a diminuir.

Portanto, é possível perceber que os programas apontados possuem um potencial transformador na vida de cada família dependente destes e no *status* dos países. Números revelam que, com a ajuda destas políticas dentre outros métodos, a pobreza e o índice de desemprego dos Estados mencionados diminuíram, bem como houve um aumento dos impactos positivos no desenvolvimento humano. Assim, constata-se que em virtude destes programas sociais, ocorreu um avanço na área do desenvolvimento social, econômico e humano dos países.

Referências Bibliográficas

ABREU, Lidiane Rocha. **Bolsa Família**: uma política pública de acesso aos direitos sociais. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10740>. Acesso em: 23 jul. 2017

ALMEIDA FILHO, J. G. **O fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)**: análise e perspectivas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BARBOSA, Vanecilda de Sousa; PAULO, Maria de Assunção Lima. **O bolsa família e sua contribuição para o desenvolvimento local.** Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-44.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Bolsa Família: Desenvolvimento Social. **Caixa.** Disponível em: <www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/desenvolvimento-social/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 23 jul. 2017.

Bolsa Família: Programas Sociais. **Caixa.** Disponível em: <www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 23 jul. 2017.

Agência Estado. Brasil, Índia e África do Sul defendem programas sociais. **G1**, 12 abr. 2010. Disponível em: <g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1566233-9356,-00-BRASIL+INDIA+E+AFRICA+DO+SUL+DEFENDEM+PROGRAMAS+SOCIAIS.html>. Acesso em: 26 jul. 2017.

DROLET, Julie. **Social Development and Social Work Perspectives on Social Protection.** Routledge, 2018. p. 177.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. “Agenda de Cooperação”: entrevista conjunta da I reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul. 6 jun. 2003. **Site do Itamaraty.** Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7565-entrevista-conjunta-a-imprensa-dos-chanceleres-do-brasil-africa-do-sul-e-india>. Acesso em: 27 jul. 2017.

GOVEIA, Luana. Bolsa Família: 11 anos e 11 conquistas. **Carta Capital**, São Paulo, 24 out. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsa-familia-11-anos-e-11-conquistas-4636.html>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

Inclusão social é tema de reunião do Brics. **Governo do Brasil.** Disponível em: <www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/07/inclusao-social-e-tema-de-reuniao-do-brics>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MOTA, Camilla Veras. **Ipea: cada R\$ 1 gasto com Bolsa Família adiciona R\$ 1,78 ao PIB.** Valor Econômico, São Paulo, 15 out. 2013. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/3305466/ipea-cada-r-1-gasto-com-bolsa-familia-adiciona-r-178-ao-pib>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

Povo indiano de Vijayapura tem o maior plano de emprego rural do mundo. **R7.** Disponível em: <noticias.r7.com/internacional/noticias/povo-indiano-de-vijayapura-tem-o-maior-plano-de-emprego-rural-do-mundo-20120319.html>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Human Development Report 2015. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Protecção social na Índia. **Unicef.** Disponível em: <www.unicef.org/mz/online-files/Fact_Sheet_India_July_2011_PT.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.

Sair do mapa de fome da ONU é histórico, diz governo. **Exame**, 16 set. 2014. Disponível em: <exame.abril.com.br/brasil/sair-do-mapa-de-fome-da-onu-e-historico-diz-governo/>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SOARES, Fábio Veras. LAL, Radhika. **Inovações na Protecção Social no Sul Global.** Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6227/1/RTM_v4_n2_Inovações.pdf>. Acesso em: 27 de jul. 2017.

SOUZA, André Portela. **Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família.** Disponível em: <www.schwartzman.org.br/simon/agenda5.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2017.

VELOSO, Sérgio. (Coord.) **Os BRICS e seus desafios no combate à desigualdade.** BRICS Policy Center ed. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/publicacoes/os-brics-e-seus-desafios-no-combate-desigualdade-social/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.